



UNIÃO DOS VEREADORES DO RIO GRANDE DO SUL

A VOZ DA UVERGS

Municipalismo com transparência e democracia

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2013. ANO 1, EDIÇÃO Nº 4

Com a Uvergs onde a Uvergs estiver



O Nova Uvergs empreendeu um ritmo de trabalho nos últimos meses que já refletem mudança de comportamento das maiores autoridades da política gaúcha em relação à entidade representativa dos vereadores. Um bom exemplo é o deputado federal **Onix Lorenzoni** (DEM), parlamentar da bancada gaúcha que está no alto clero da Câmara Federal e está com a Uvergs onde a Uvergs estiver. Onix

esteve presente no último encontro regional descentralizado, no Município de Tapes, e se comprometeu em defender as bandeiras de luta que forem levantadas pela Uvergs. "O deputado Onix é um grande parceiro. Contamos com ele para palestrar sobre os mais variados temas. O discurso dele mostra conhecimento de causa", elogia o presidente da Uvergs, Silomar Garcia.

LEIA TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

- TV da Uvergs está no ar
- Regionalização é um sucesso
- Marcha a Brasília
- Nova parceria com Ibrama



O deputado estadual Gilmar Sossella (PDT), futuro presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, também é um dos novos parceiros da Uvergs. **Silomar Garcia e Gilmar Sossella** definiram que a união da Nova Uvergs e da Assembleia será mantida em 2014 para a promoção de eventos e grandes debates junto aos parlamentos municipais. Sossella também foi palestrante no 3º Seminário de Políticas Públicas Municipais e Regionais, promovido pela Uvergs em Tapes. Ele falou sobre políticas públicas e destacou a importância de fomentar as pequenas indústrias e os empreendedores locais. Ele apontou como exemplo uma situação do Município de Tapejara, onde pequenos empresários se tornaram grandes e fortaleceram a economia local.

NOSSOS PARCEIROS



ARTIGO

* CLÁUDIO
NUNES GOLGOISS SOBRE O LEASING: POR QUE PODERÁ SER ALTERADO O
RESP 1.060.210/SC A RESPEITO DO LOCAL DA OPERAÇÃO

Em novembro de 2012, em sede de recurso repetitivo com alvo de efeito vinculante, a Primeira Turma do STJ julgou recurso especial interposto pela Potenza Leasing (Grupo Bradesco), revertendo a sentença do juiz de Tubarão/SC e criando um novo revolucionário regramento no tocante ao LOCAL DA OPERAÇÃO das operações de arrendamento mercantil.

Sucedee, porém, que tal decisão ainda não pode ser seguida pelos juízes inferiores porque não transitou em julgado; portanto, tomar tal deliberação como "referencial de entendimento consagrado sobre a matéria", mutatis mutandis, é o mesmo que aplicar dispositivo de lei que ainda não está em vigor (de lege ferenda).

Com efeito, a equivocada deliberação encontra-se no momento atacada por embargos declaratórios com almejos infringentes — ora sob o sempre criterioso e competente exame da Ministra Eliana Calmon, que pediu vista do processo —, e existe forte possibilidade de serem admitidos em razão do seguinte:

PRIMEIRO - O julgador monocrático sentenciou reconhecendo que o fato gerador do ISS aconteceu no território de Tubarão/SC porque a operação foi realizada pelo gerente da agência local do Bradesco (controlador da Potenza Leasing). A decisão singular foi confirmada pelo TJ/SC e o agravo interposto pela instituição financeira, rejeitado monocraticamente pelo Ministro José Delgado, por versar matéria de fato e contrariar a pacífica jurisprudência vintenária do STJ sobre a questão discutida (local da operação). Em sede de agravo regimental, ao argumento de que se tratava de "tema de natureza constitucional dotado de potencial relevância", outros Ministros determinaram sua subida "para melhor apreciação". Essa "melhor apreciação" feita pela Primeira Turma — que surpreendeu o mundo jurídico por destruir o entendimento que prevalecia desde a

fundação do Corte e reverter a correta sentença, o aresto catarinense e o despacho monocrático —, da qual resultou o acórdão proferido no REsp 1.060.210/SC, violou a Súmula 7/STJ porquanto reexaminou a prova (desprezando a jurisprudência até então dominante, que dizia que somente pode ser realizada a revalorização da prova).

SEGUNDO - Ao proclamar que o fato gerador do ISS incidente sobre o arrendamento mercantil é "a decisão sobre a concessão, a efetiva aprovação do financiamento" a Primeira Turma do STJ, além de cometer ERRO DE FATO, criou o que a comunidade jurídica versada em direito tributário passou a chamar jocosamente de ARRENDAMENTO MERCANTIL JURISDICCIONAL TUPINIQUIM, uma vez que a Lei nº 6.099/74, que introduziu o leasing no Brasil, assim como o Banco Central do Brasil, no seu site (www.bacen.gov.br), evidenciam claramente que nesse tipo de operação não existe o FINANCIAMENTO, eis que a essência do instituto é a LOCAÇÃO ESPECIAL (arrendamento com opção de compra). Ademais, o inusitado aresto do STJ conseguiu ainda gerar uma ficção jurídica formidável, evidenciada nesta equação que contraria a matemática e a lógica: compra do bem em nome do arrendador + transferência da posse para o arrendatário = financiamento. Por conseguinte, prevalecendo o fantástico entendimento, estará criado o ARRENDAMENTO MERCANTIL JURISDICCIONAL TUPINIQUIM, que será diferente do instituto leasing adotado pelos demais países do planeta.

TERCEIRO - Ao modificarem profundamente o artigo 4º da Lei Complementar nº 116/2003, para dizer que "o LOCAL DA OPERAÇÃO, no caso do leasing, é aquele onde o serviço é efetivamente prestado, onde a relação é perfectibilizada, assim entendido o local onde se comprove haver unidade econômica ou

profissional da instituição financeira com poderes decisórios suficientes à concessão e aprovação do financiamento — núcleo da operação de leasing financeiro e fato gerador do tributo", os 8 integrantes da Primeira Turma do STJ usurparam os poderes dos 513 deputados e 81 senadores eleitos como legisladores por mais de 138 milhões de eleitores, pois não interpretaram a regra, ao contrário, alteraram a redação original do dispositivo aprovado pelo Congresso Nacional.

QUARTO - Caso não seja retirada do mundo jurídico a deliberação segundo a qual "o núcleo da operação de arrendamento mercantil, o serviço em si, que completa a relação jurídica, é a decisão sobre a concessão, a efetiva aprovação do financiamento", haverá os seguintes revolucionários reflexos no sistema jurídico posto: (1) as empresas de arrendamento mercantil (que são instituições financeiras) não mais terão de pagar o ISS, e sim o IOF, porquanto o Decreto nº 6.306/2007, no seu artigo 2º, I, a, diz que incide o IOF sobre as operações de crédito realizadas por instituições financeiras; (2) a Súmula nº 138/STJ que, desde 1995, procla-

mava que "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" terá de ser alterada para: "O IOF incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis"; (3) os paraísos fiscais não mais arrecadarão o ISS gerado nos territórios dos demais municípios do país e por isto reduzirão drasticamente suas arrecadações, uma vez que o IOF não integra o Fundo de Participação Municipal (FPM), apenas o IR e o IPI; (4) as arrendadoras mercantis ficarão autorizadas a promover contra os paraísos fiscais ações de repetição de indébito para recuperar o ISS ali recolhido no período prescricional; (5) os agentes da Receita Federal — por exercerem atividade administrativa vinculada e por isto obrigatória — terão de lançar o IOF não recolhido pelas empresas de leasing no período decadencial, pena de prevaricação; e, por fim, (6) terá de ser retirado da Lista dos Serviços (Anexo da LC 116/2003) o item 15.09 que trata do arrendamento mercantil.

* Advogado presidente do IBRAMA – Instituto Brasileiro de Apoio à Modernização Administrativa

AGENDA

■ 60º Encontro Estadual de Vereadores – De 8 a 11 de outubro, no auditório da AIAMU - Rua dos Andradas, nº 1234 - 8º andar - Centro de Porto Alegre.

■ 16º Aparte Artístico - Dias 9 e 10 de outubro, no Centro de Eventos Casa do Gaúcho - Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Parque da Harmonia).

■ 4º Seminário de Políticas Públicas Municipais e Regionais, de 23 a 26 de outubro, em Garibaldi, dentro da programação da Fenachamp 2013.

■ Seminário de Políticas Urbanas, de 29 de outubro a 1º de novembro, em Porto Alegre.

■ XIV Seminário sobre Gestão Pública Contemporânea, de 13 a 15 de novembro, em Porto Alegre.

■ 5º Seminário de Políticas Públicas Municipais e Regionais, de 20 a 22 de novembro, no Município de Marcelino Ramost



Expediente

Informativo mensal da
UNIÃO DOS VEREADORES
DO RIO GRANDE DO SUL



Jornalista responsável: Giuliano Fernandes - 10288

Fotos: Paulo Dias, Giuliano Fernandes, Vinícius Reis, André Furtado e divulgação.

Uvergs - Sede Porto Alegre, Centro Administrativo Fernando Ferrari, Av. Borges de Medeiros, 1501, térreo. (51) 3225-8286

Regionalização leva Uvergs para suas bases

O 3º Seminário de Políticas Públicas Municipais e Regionais promovido pela Uvergs no Município de Tapes deixou suas marcas e mostrou que a entidade representativa dos vereadores está no caminho certo ao se voltar para as bases. Logo após o encerramento das atividades em Tapes, a equipe da Uvergs já estava preparando a 4ª Regionalização, que irá acontecer em Garibaldi, dentro da programação da Fenachamp 2013.

O 4º seminário de Políticas Públicas Municipais e Regionais da Uvergs será de 23 a 26 de outubro, na última semana da Fenachamp, que tem seu programa definido para quase todo o mês de outubro. Além de comercializar e celebrar o espumante gaúcho, a Fenachamp tem como característica a excelente recepção aos visitantes. No parque onde acontece o evento, o conforto, a gastronomia e o clima típico da Italiana são alguns dos

atrativos.

Segundo o presidente da Uvergs, Silomar Garcia, a expectativa é de que a 4ª Regionalização tenha excelentes resultados para o crescimento político e técnico de vereadores e assessores. "Nosso evento junto com a Fenachamp será tão bom quanto as três primeiras edições da descentralização dos trabalhos. A Nova Uvergs está cada vez mais voltada para suas bases", destaca Silomar.

DESTAQUE - O prefeito do Município de Tapes, Sílvio Rafaeli, participou do 3º Seminário de Regionalização da Uvergs e falou sobre o projeto de implantação do Porto daquele Município. A proposta pode resultar num investimento de até R\$ 500 milhões e garantir para a região da Costa Doce o título de rota do desenvolvimento fluvial. Segundo Rafaeli, Tapes precisa aproveitar a sua área de quase 1 milhão de hectares de



As maiores autoridades da política gaúcha se encontram nos eventos da Uvergs

lagoa, praticamente a mesma área hoje cultivada com arroz em todo o Rio Grande do Sul. O vereador Adriano Dornelles, que estava no comando da mesa de trabalhos, afirmou que o projeto terá o apoio da Uvergs para ganhar ainda mais representação e força política.



**MAIS VIDA,
MAIS SAÚDE.
MAIS DE
R\$ 4 BILHÕES
EM SANEAMENTO
ATÉ 2017.**

A Corsan tem uma ótima notícia para os gaúchos: até 2017, vai investir mais de R\$ 4 bilhões para ampliar e garantir o abastecimento de água e o tratamento de esgoto no Rio Grande do Sul, graças à parceria com os governos Estadual e Federal.

Saneamento público. Mais gaúchos vivendo melhor.



Uvergs firma parceria com Ibrama

A Uvergs e o Instituto Brasileiro de Apoio à Modernização Administrativa (Ibrama) deram início a uma parceria que busca incentivar os Municípios gaúchos a recuperação de recursos para os cofres públicos. O presidente da Uvergs, Silomar Garcia, juntamente com a advogada Ana Valmorbidia, também da Uvergs, foram recebidos pelo coordenador do Ibrama, Cláudio Golgo, e pelo advogado Alessandro Coletto. O Ibrama se propõe a colocar em funcionamento mecanismos tecnológicos para identificar e resgatar valores pagos junto a tributos. Segundo Golgo, são pelo menos três produtos que garantem uma nova injeção de recursos nas prefeituras e para isso é necessário a aceitação dos prefeitos e vereadores. "Queremos ser parceiro dos gestores municipais", resumiu Cláudio Golgo.

Onde está o recurso que o Ibrama pode resgatar?

1. As empresas de arrendamento mercantil vêm realizando ao longo dos anos as operações de leasing por meio de estabelecimentos clandestinos (sem alvará e Inscrição na Fazenda Pública), recolhendo o ISSQN devido em "paraísos fiscais" (Baueri e Poá, por exemplo), ou seja,

municípios com alíquotas bem mais atrativas, fugindo assim do local onde o imposto é devido, gerando uma perda de receita astronômica. Nesse sentido, o trabalho consiste no treinamento do pessoal técnico e posterior acompanhamento na execução das tarefas com o fito da prospecção, autuação e execução fiscal em face dessas instituições financeiras, recuperando o ISSQN sonegado dos últimos 5 anos.

2. As operadoras de cartão de crédito e débito, quando prestam serviço para cobrança de contas dos estabelecimentos com os quais têm contrato, retêm certo percentual a título de "comissão", cuja incidência do ISS sobre este valor é prevista na Lei Complementar 116/2003. Isto significa dizer que os Municípios são lesados mensalmente pela violenta sonegação praticada. O IBRAMA assessora as prefeituras municipais com treinamento do pessoal técnico e posterior acompanhamento na execução das tarefas de prospecção, autuação e execução fiscal das operadoras de cartão de crédito e débito referente ao ISSQN não recolhido nos últimos 05 anos em favor dos municípios geradores das transações comerciais.



Salvação para as contas pode estar bem perto das Prefeituras

3. A União vem insistindo no recolhimento das contribuições previdenciárias das parcelas de natureza indenizatória sobre os subsídios dos servidores públicos, tais como o terço constitucional de férias, horas extras, primeiros 15 dias de licença-saúde, aviso-prévio indenizado e outros pagamentos de caráter transitório, em franca

violação à legalidade, tendo em vista que essas parcelas não incidem sobre a aposentadoria. Essa prática ilegal gera ao município o direito de reaver todos os valores que indevidamente foi compelido a recolher nos últimos 5 anos sobre os subsídios de todos os servidores públicos para posterior compensação.

"Os Novos Paradigmas na Administração Pública Municipal Contemporânea"



O presidente da Uvergs, Silomar Garcia, lançou juntamente com os doutores Felipe Dalenogare Alves e Fabiano de Oliveira Becker, o livro "Novos Paradigmas na Administração Pública Municipal Contemporânea", pela Editora Letras Jurídicas. O livro contou com capítulos escritos por renomados profissionais, tanto da área jurídica como administrativa, abordando-se temas inerentes à prática administrativa contemporânea. Dois dos capítulos do livro são frutos de pesquisas desenvolvidas no Centro Integrado de Estudos

e Pesquisa em Políticas Públicas - CIEPPP da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. A exemplo, o primeiro capítulo escrito por Felipe Dalenogare Alves e Mônia Clarissa Hennig Leal, aborda um dos principais problemas enfrentados pelos executivos municipais, o controle judicial de políticas públicas, sob a perspectiva do mínimo existencial e a reserva do possível. A obra visa ser uma importante fonte de consulta e de contribuição aos atores que desenvolvem o trabalho junto ao poder municipal.

Uvergs na Ascamaja

A União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (Uvergs), marcou presença na reunião da Associação das Câmaras Municipais do Alto Jacuí (Ascamaja). Na pauta do encontro dos vereadores foram abordados temas como o transporte gratuito para estudantes e o projeto de lei do Governo Federal que altera o

Plano Nacional de Educação (PNE). A entidade também abordou temas como Regimento Interno das Câmaras, Lei Orgânica e Valorização dos Vereadores. Os palestrantes foram o presidente da Uvergs, Silomar Garcia, e o auditor do TCE, Edison Mello. O encontro reuniu cerca de 80 vereadores e assessores.



Alberi Behnen, Tesoureiro Geral da Uvergs e atuante nas reuniões da Ascamaja

TV da Uvergs está no ar

A União dos Vereadores do Rio Grande do Sul está testando a UvergsTV, a sua nova ferramenta para dar transparência aos seus atos e ficar mais próxima dos Legislativos Municipais. A UvergsTV pode ser acessada por qualquer computador com acesso a internet. Para isso, o internauta deve digitar www.uvergstv.com.br na barra de endereços ou clicar no link de atalho existente no site da entidade, no www.uvergs.com.br. Nos primeiros vídeos da fase de testes, o presidente da entidade, Silomar Garcia, e o presidente do conselho deliberativo, Antônio Carlos Santos, o Nico, falam sobre o novo ritmo de trabalho da Nova Uvergs.

Este novo canal de comunicação com os Legislativos terá o seu lançamento oficial no próximo dia 10 de outubro de 2013, às 15 horas e 30 minutos no 60º Encontro Estadual de Vereadores, e às 20 horas e 30 minutos no 16º Aparte Artístico de Vereadores, eventos estes promovidos pela UVERGS, com programação e local divulgados no setor de eventos.

Para dar ainda mais qualidade na programação, a Uvergs firmou parceria com a Assembleia Legislativa do Estado para utilizar os programas produzidos pela AL. A parceria da Uvergs foi determinada

pelo presidente do parlamento gaúcho, deputado Pedro Westphalen. Segundo Silomar Garcia, presidente da Uvergs, o grande objetivo é a maior transparência de gestão através de informações que também vão qualificar ainda mais o trabalho do parlamentar.

“Iniciamos nossa gestão frisando a transparência e é nesse pilar que sustentamos a relevância deste canal de informação, para ampliar o conhecimento. O Parlamento gaúcho tem sido um grande parceiro neste ano de 2013, em um momento crucial para a entidade, que passa por um processo de renovação”, salientou Silomar Garcia.

DESTAQUE - Graças ao convênio, o canal da TV Uvergs na internet irá transmitir para todas as Câmaras de Vereadores programas produzidos pela TV AL, além de programas próprios que estão em fase de preparação. O coordenador do projeto TV Uvergs é o ex-deputado e ex-presidente do TCE, advogado João Luis Vargas. Segundo ele, o maior desafio é levar aos vereadores assuntos de importância para o desenvolvimento coletivo, para que vereadores e comunidades, cada vez mais, saibam o que acontece no Estado.

IMPORTANTE



Assinatura do convênio com a Assembleia Legislativa

O presidente da AL, deputado Pedro Westphalen destacou que a parceria com a Uvergs é uma importante ferramenta de fortalecimento do legislativo municipal. “É uma forma eficaz de levar a informação e instruir melhor a todos sobre os assuntos e debates que permeiam o nosso Rio Grande do Sul. Esse convênio é importante para instaurar a transparência e estabelecer confiança entre as entidades municipais, estaduais e sociedade”, discursou Westphalen.

Uvergs na Semana Farroupilha



Vereadores de Amaral Ferrador cultuam a tradição

A Uvergs marcou presença na Semana Farroupilha 2013 confraternizando com os vereadores de vários Municípios, entre eles Amaral Ferrador. Na tarde chuvosa de sexta-feira, feriado de 20 de setembro, o presidente da Uvergs, Silomar Garcia, participou da ronda promovida pelos vereadores na praça no centro

da cidade.

Para o presidente da Uvergs, Silomar Garcia, sempre é relevante cultivar as tradições e relembra da Revolução Farroupilha - o mais longo e um dos mais significativos movimentos de revoltas civis brasileiros, envolvendo em suas lutas os mais diversos segmentos sociais.

Silomar na mesa da AL

O presidente da Uvergs, Silomar Garcia, ocupou lugar de destaque na mesa da Assembleia Legislativa no dia 24 de setembro. Durante a sessão ordinária do parlamento gaúcho, convidado pelo presidente

em exercício, Paulo Odono, Silomar foi saudado por outros deputados enquanto tratava sobre o 16º Aparte Artístico da Uvergs e também sobre o 4º seminário de Políticas Públicas Municipais e Regionais.



Uvergs com prestígio na AL



Aconteceu na UVERGS



Reunião importante para passar a Uvergs a limpo. A Nova Uvergs está ganhando confiança



Silomar visita gabinete dos Covatti



"Sempre é bom estar perto da Uvergs", frase do deputado Jorge Pozzobom



Câmara de Barra do Ribeiro é mais uma a associar-se



Lirio Rigon, de Constantina, dá um voto de confiança para a Nova Uvergs



Uvergs resgata confiança da Câmara de Arroio dos Ratos



Silomar e Westphalen



Silvana Covatti confiante na Nova Uvergs



Vereadores estão mais próximos da Nova Uvergs

JUAREZ MOLINARI: “Presidente da Uvergs sim, com muito orgulho”

O presidente da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS (Agergs), Juarez Molinari, foi o terceiro presidente da Uvergs. A função foi desempenhada entre 1982/86. Mais de três décadas depois de ter assumido o cargo, quando era vereador no Município de Rio Grande, Molinari diz que tem orgulho de ter sido presidente da entidade. “Fui presidente da Uvergs sim, com muito orgulho”, afirma ele. A Uvergs completou 38 anos de existência este ano.

Segundo Molinari, na sua época de presidente, a Uvergs trabalhou pela valorização dos vereadores. “Naquela época, era difícil para os vereadores ficarem em Porto Alegre para lutar em defesa dos seus Municípios. Vereador não recebia diária e nem ajuda de custo das Câmaras. Para resolver esse problema, criei a Casa do Vereador, espaço que abrigava até 40 pessoas e servia de base para o trabalho dos parlamentares”, relembra Molinari. Para criar a Casa do Vereador, Molinari conta que recebeu importante apoio de João Dipp e Reginaldo Pujol.

Em busca do fortalecimento da Uvergs, Molinari percorreu praticamente todas as cidades gaúchas. “O desafio era unir os vereadores para



Uvergs e Agergs trabalhando em parceria

tocarmos um trabalho em conjunto. A implantação da nossa sede administrativa em Porto Alegre também foi uma iniciativa minha”, relata Molinari, que naquela época já contava com importantes parcerias, como a do

TCE e DPM, para promover cursos de capacitação aos vereadores. Molinari é médico e foi vereador por seis mandatos. Seu mandato como conselheiro presidente da Agergs iniciou esse ano e vai até 2017.



DEPOIMENTOS



“Ter a Câmara filiada na Uvergs é importante não apenas quando o parlamentar está no poder, mas também depois de deixar a presidência, quando há apontamentos dos órgãos fiscalizadores. A Uvergs faz toda a diferença para garantir a defesa do presidente. Em 1999, fui apontado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em razão de atos da minha gestão em 1998. Após exaustivas defesas e até mesmo derrotas, na terceira e última instância dentro do TCE tudo ficou resolvido e fui inocentado. Ter o apoio da Uvergs, dando todo o amparo legal, permitiu que tudo fosse explicado e resolvido da melhor maneira. É por isso e por outros serviços da Uvergs, que sou um incentivador para que as Câmaras se associem a sua entidade representativa. Além disso, estar junto com a Uvergs permite aos vereadores interagirem com outros parlamentares. Desta maneira, é possível fazer uma avaliação permanente sobre o trabalho que está sendo feito e sempre andar no caminho certo”.

TELMO BERGER, vereador presidente da Câmara de Rio Pardo

Uvergs resgata parceria com Banrisul

“A Uvergs mudou significativamente nos últimos meses e hoje posso afirmar que, futuramente, ela será um dos melhores parceiros comerciais do Banrisul. É incomparável o avanço da gestão e o funcionamento financeiro da entidade nos últimos meses. Não dá nem para comparar a diferença da velha Uvergs com a Nova Uvergs. Tenho experiência de 25 anos no banco e posso afirmar que a Nova Uvergs será um dos melhores parceiros do Banrisul. Hoje posso dizer que as expectativas são as melhores, com projeção de até mesmo financiar para a Nova Uvergs a futura sede própria desta entidade”.



Mauro Vinícius Silva, gerente geral do Banrisul, agência junto ao CAFF

Uvergs e IGAN em sintonia

O presidente da Uvergs, Silomar Garcia, recebeu a visita do diretor do Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos (IGAM), Paulo César Flores. A reunião na sede da Uvergs serviu para colocar em sintonia as duas entidades.

“A Uvergs ganhou mais credibilidade e está cada vez melhor sob o comando do presidente Silomar. É justamente pelo perceptível crescimento da Uvergs que estamos buscando mais aproximação”, destacou Paulo César Flores.

Silomar Garcia lançou a idéia de Uvergs e IGAM promoverem em conjunto um evento para qualificação de vereadores e assessores.

Segundo o diretor do IGAM, apesar das duas entidades atuarem na mesma linha de trabalho, é preciso destacar que não há rivalidade ou atrito entre elas. “O objetivo é o mesmo, mas o mais importante é somar forças e nunca dividir. Melhor ainda é somar e multiplicar”, destacou Paulo César Flores, que é diretor do IGAM junto com André Leandro Barbi de Souza.



Marcha a Brasília

A defesa do Poder Legislativo Brasileiro é o tema da Marcha dos Vereadores a Brasília este ano. O objetivo é reafirmar a importância do vereador como o principal agente da política brasileira e no desenvolvimento dos Municípios. Na capital federal, a União dos Vereadores do Brasil (UVB) vai promover o Congresso Brasileiro de Legislativos Municipais. A meta é reunir em Brasília os gestores que representam todos os Municípios do Brasil, tanto dos Poder Legislativo quanto Executivo, além de especialistas em gestão pública e personalidades do Congresso Nacional.

Estão convidados para a Marcha dos Vereadores a presidenta Dilma Rousseff, o governador Eduardo Campos, senador Aécio Neves, Ex-senadora Marina Silva, entre outros presidentes. "Vamos analisar questões importantes do Brasil numa visão municipalista. Fortalecer o Poder Legislativo Municipal, chamando atenção sobre a importância do vereador no desenvolvimento de suas cidades e mostrar que a força do municipalismo passa obrigatoriamente pelas Câmaras Municipais.

LOCAL - Bay Park Resort Hotel, SHTN Trecho 02- conjunto 05- Projeto Orla Brasília- Brasília-DF

Reservas: (61) 3037 3000 (citar evento UVB para obter desconto)

Email: baypark@baypark.com.br

Mais informações: www.uvbbrasil.com.br ou contato@uvbbrasil.com.br
Porto Alegre/RS - (51) 3225-2029



Gilson Conzatti lidera o movimento dos vereadores em defesa do parlamento brasileiro

Orientar melhor a forma de proceder no exercício do mandato com informações jurídicas, administrativas e fiscais", destaca o presidente da UVB, Gilson Conzatti, que também é vice-presidente da Uvergs.

PALAVRA DA FÉ

Pastor
André Taborda

Desarme-se

Por causa das situações desagradáveis na vida, acabamos nos armando contra as pessoas. Existem armas de ataque e também de defesa, mostrando que tanto atacamos pessoas como nos defendemos delas. Deus quer modificar nossa forma de reagir às agressões. Geralmente reagimos na "mesma moeda", mas Deus quer nos ensinar a reagirmos de uma forma diferente. Que armas usamos em nossos relacionamentos? Vingança, acusação, briga e ódio são exemplos de armas que, quando utilizadas, causam mais danos do que soluções, como as armas carnis citadas em 2 Coríntios 10:4 ("as armas da nossa milícia não são carnis, mas sim poderosas em Deus"). Quando o instrumento que utilizamos é errado, não há resultados. Um exemplo disso é tentar usar um mata moscas para exterminar pragas na lavoura. Cansaremos sem re-

sultados, porque o mata moscas é um instrumento inadequado. Da mesma forma, as armas carnis citadas acima são instrumentos incapazes de solucionar nossos problemas. A dificuldade está em deixarmos de confiar nessas armas e passarmos a confiar em algo novo, em algo de Deus! Estamos tão acostumados a utilizar as armas carnis (briga, mentira, ódio, etc.) que talvez nem pensemos ser possível agir de forma diferente. As armas de Deus (2 Coríntios 10:4) mudam nossa forma de reagir às agressões, nos tornando pessoas capazes de amar e perdoar. Tenha experiências com as armas de Deus. Desarme-se!



ARTIGO

FELIPE DALENOGARE ALVES

O pregão eletrônico, o desenvolvimento local e o constitucionalismo contemporâneo: Desafios à Administração Pública Municipal

A lei 10.520, de 17 de julho de 2002, surge para converter a medida provisória 2.182-18, de 23 de agosto de 2001, e estabelecer uma nova modalidade de licitação, além das previstas na lei 8.666 de 21 de junho de 1993, admitindo, ainda, que a mesma possa ser realizada tanto na forma presencial, como eletrônica.

O pregão surge no Brasil como sinônimo de moralidade e economicidade. Acredita-se que a nova modalidade, principalmente, na forma eletrônica, desbrava picadas jamais imaginadas, sob a regência da Lei 8.666/93, pela Administração Pública, abrindo fronteiras para a competitividade e consequente redução de custos. Cabe lembrar que o pregão eletrônico nada mais reproduz do que a técnica utilizada em alguns Estados Europeus durante a Idade Média, o sistema "Vela e Pregão", onde os licitantes davam seus lances enquanto a vela queimava. Quando findava a chama, adjudicava-se àquele que havia oferecido a melhor oferta (MEIRELLES, 2002, p. 27).

A nova modalidade, utilizada exclusivamente às licitações cujo critério de julgamento seja o menor preço, indubitavelmente trouxe economia aos cofres públicos. Tal economia foi constatada em pesquisa apresentada por este autor à Universidade Federal de Santa Maria no ano de 2008. Por outro lado, deixou o administrador público amarrado a um único critério de julgamento, o que trás como consequência implícita uma antinomia entre a economicidade e a eficiência, uma vez que a atividade prática não só da Administração, mas do dia a dia de qualquer particular comprova que, queira ou não queira, a probabilidade de ligação entre o baixo preço e a ineficiência do produto ou serviço é inquestionável. Este debate (Economicidade x Eficiência), apresentei junto à Universidade Luterana do Brasil, no ano de 2009, laureando o 1º lugar em trabalho de pesquisa.

Decorrido este tempo de adaptação à nova modalidade de licitação, surgem novos desafios à Administração Pública. Aprofundando os estudos, agora na seara municipal, observa-se que o poder público, além do desafio de unir economicidade e eficiência, enfrenta um novo problema: alcançar o tão almejado desenvolvimento local.

A Constituição Cidadã impõe objetivos fundamentais ao Estado brasileiro, insculpidos no Artigo 3º daquela carta. Dentre eles, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

Hoje, o que se tem visto na prática, é que o Estado, na maioria dos municípios brasileiros representando unicamente pelo Município, deixa de ser o principal fomentador do de-

envolvimento local, consequência advinda com o pregão eletrônico. Passo a expor os motivos de tal constatação.

A tecnologia da informação aplicada às licitações públicas fez com que se criasse um verdadeiro mercado tecnológico e de conhecimento nesta área. Este se desenvolveu, especialmente, nos grandes centros do país. Embora existam meios de difusão, principalmente por intermédio da internet, este conhecimento operacional do pregão acaba não chegando aos locais mais longínquos do interior do Brasil. Desta forma, aquele que detém o conhecimento de operação de um sistema de compras eletrônico, por exemplo, encontra-se em inmensurável vantagem ao fornecedor estabelecido lá, no poder local.

Outro elemento fundamental ao debate se constitui na facilidade de importação de produtos, com a consequente comercialização em grande escala. Havendo saída em escala, o valor do produto baixa consideravelmente, se tornando incomparável ao valor praticado no comércio local. Consequência disso, surgem, nos grandes centros, empresas especializadas em vendas por meio de licitação, pois além de deter conhecimento para tal, possuem o menor preço. Estas empresas, não raras vezes, acabam realizando apenas o chamado "atrevassamento" do produto.

Assim, cria-se uma concorrência absolutamente desleal com o comércio local, principalmente nos municípios pequenos do interior do Brasil. O fornecedor local não consegue competir com os gigantes dos grandes centros e o Estado, visto como principal fomentador do desenvolvimento local, por meio de suas compras públicas, passa a injetar seus recursos fora do Município, tornando-se verdadeiro escravo do sistema.

Diante deste quadro, conclui-se que surge um verdadeiro desafio à Administração Pública Municipal: como almejar o cumprimento dos objetivos constitucionais aplicados à contemporaneidade, em destaque a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, redutora das desigualdades sociais e regionais, mantendo, ao mesmo tempo, o equilíbrio com o tratamento isonômico, moral e econômico entre as licitantes. Na prática, tem se observado que apenas o tratamento diferenciado conferido pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, às Micro e Pequenas Empresas não tem sido eficiente.



FALE COM A UVERGS

novauvergs@gmail.com